

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Carvalho, José Eduardo dos Santos Soares, 1939-

Nota de abertura

<http://hdl.handle.net/11067/5187>

Metadados

Data de Publicação	2010
Palavras Chave	Crises financeiras
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCEE] LEE, n. 11 (2010)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-17T02:53:23Z com informação proveniente do Repositório

NOTA DE ABERTURA

Vivemos no planeta vulcão. O planeta Terra, no seu processo normal de evolução, está em constante actividade tectónica e mutação climática, provocando sismos, erupções vulcânicas, maremotos e outras acções imprevisíveis da natureza. Só depois de se aperceber o quanto estava desprotegido em relação às fúrias naturais, o ser humano se tornou atento e preocupado, passando a dar maior atenção aos sinais que a mãe natureza emitia avisando sobre as catástrofes vindouras. Com o apoio do avanço tecnológico, o homem começou a desenvolver ferramentas e técnicas com o intuito de se proteger dos fenómenos quando esses estivessem para acontecer: mediadores sísmicos, barómetros para medir a pressão atmosférica, anemómetros, etc. No entanto, a ciência ainda não é capaz de prever com exactidão quando ocorrem os fenómenos naturais.

Porém, a história humana mostra que nem só de catástrofes naturais vivem os homens, mas também de outros problemas provocados por eles próprios. Como se não bastassem as acções naturais do planeta, o homem inventou outros meios para se destruir a si mesmo. Sem falar dos impactos ambientais – assunto caro aos ecologistas – o Mundo está, mais uma vez a viver as consequências de uma catástrofe financeira. Esta, iniciada em Março de 2007 nos EUA com a crise do *suprime*, nome dado ao sistema de crédito de segunda linha no país.

São conhecidas as causas. O mercado imobiliário movimentou-se com o governo dos EUA a permitir que as pessoas se endividassem para comprar imóveis, beneficiando das baixas taxas de juro e das excelentes condições de financiamento. A orgia de dinheiro barato desencadeou os investimentos de longo prazo insustentáveis, bem como jogou gasolina nas brasas da especulação desenfreada. O inesperado aconteceu – a catástrofe – a inadimplência cresceu bruscamente. Ao mesmo tempo, cresceu a corrente epidémica de fraudes contabilísticas em grandes empresas e Bancos americanos. A bolha da Nasdaq reduziu a pó as economias de milhões de investidores; quase seiscentas das novas empresas *ponto.com* faliram. Alguns Bancos entraram em situação de insolvência, forçando à intervenção do governo norte-americano para minimizar a situação. Por efeito sistémico, idênticas medidas se seguiram nos governos europeus. Grande parte da dívida apenas mudou do sector privado para o público, visto os governos terem interferido para apoiar os Bancos e salvar as economias de caírem numa depressão com maiores consequências.

A recessão económica acaba por ser o acerto de contas inevitável com o complexo de decisões erradas tomadas com base no falso sinal de juros baixos. Com a globalização, a maioria dos países sofreu o impacto da crise, sobretudo aqueles que mais dependiam do mercado externo. Só, em 26 de Abril de 2009, o Banco Mundial em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) reconheceram que a *“crise económica mundial transformou-se numa catástrofe humana e num desastre no plano do desenvolvimento, particularmente grave nos países em desenvolvimento”*.

O traço singular das crises económicas desde o início do século XIX é a dificuldade de prever com precisão as causas que as deflagram. No passado as depressões podiam ser imputadas claramente às guerras, revoluções ou catástrofes naturais. A economia capitalista moderna é diferente; quando tudo parece estar correndo bem, inexplicavelmente emergem estranhas convulsões – catástrofes – que não podem ser explicadas por esse ou aquele evento específico. A arquitectura monetária do capitalismo moderno é um castelo de cartas sujeito a desmoronar parcial ou totalmente a qualquer momento. Os mercados financeiros são reflexivos, pois operam apenas com expectativas e não com activos tangíveis. Essa característica torna os mercados financeiros instáveis – por sua própria natureza – e exigem intervenção externa para garantir alguma estabilidade, principalmente em economias de instituições mais frágeis.

Muita da teoria económica moderna invocando sofisticados modelos matemáticos para prever o comportamento dos mercados não tem hoje as ferramentas conceptuais para compreender todas as mudanças que têm ocorrido, mostrando incapacidade para explicar cabalmente a actividade económica. A economia não trata de agregados imaginários, meros entes de razão. Trata de seres humanos, suas acções e escolhas num mundo de imperfeições e incertezas. A singularidade das crises é a enorme quantidade de erros de avaliação simultâneos por parte de empresários experientes e especuladores astutos.

Para haver investimento é preciso antes ter havido poupança; a diferença positiva entre o que as pessoas produzem e o que consomem. Se, porém, os Bancos criam pseudo poupança, emprestando além das suas reservas, a taxas de juros reduzidas artificialmente, os empresários e investidores são induzidos a acreditar que há mais poupança real do que efectivamente existe. O dinheiro falso bombeado pelos Bancos na economia termina por alimentar grandes movimentos especulativos nas bolsas de valores e em outros mercados, como o imobiliário. O estimulante dessa febre ilusória de optimismo eufórico é o crédito artificialmente barato provido pelo sistema financeiro sob a apatia dos governos. Os políticos têm horizonte de curto prazo e fazem qualquer negócio para que a economia cresça, mesmo que esse crescimento seja insustentável.

Como não podia deixar de ser, os estudiosos do assunto aventaram, *à posteriori*, inúmeras hipóteses para a compreensão da catástrofe financeira e das flutuações económicas. Nomes sonantes, como o polémico multimilionário George Soros e o Nobel Paul Krugman, entraram em cena para justificarem os aconte-

cimentos. Soros, por sua iniciativa, criou na Universidade de Oxford o *Institute for New Economic Thinking* (INET), um *think-tank* para estimular um novo pensamento económico e, em particular, debater o papel da regulação governamental na economia e mercados financeiros. Vários prémios Nobel associaram-se ao projecto, entre eles George Akerlof, Joseph Stiglitz e A. Michel Spence, formando um vasto *advisory board*.

Por seu lado, Krugman lançou, no *“The New York Times”* num extenso artigo intitulado *“How did Economists get it so wrong?”*, um ataque contundente à corrente macroeconómica de inspiração neoclássica nascida na Universidade de Chicago, que tem dominado nas últimas décadas a academia e alimentado o paradigma de banqueiros centrais e financeiros de Wall Street. A proposta de Kruman vai no sentido do regresso ao Keynes original, afirmando: *“A economia keynesiana continua a ser o melhor enquadramento para compreendermos as recessões e as depressões”*.

O manifesto do regresso ao keynesianismo é também aceite por Carlota Perez, da Universidade de Cambridge, no Reino Unido. Porém, esta reconhecida especialista mundial no impacto da tecnologia na economia, propõe uma parceria Keynes-Schumpeter. Segundo as suas palavras: *“São ambos necessários, porque a actual crise tem as suas origens na finança, mas só pode ter uma solução na economia real. O que tem de ser feito requer uma intervenção keynesiana para cobrir o campo de jogo e a visão de Shumpeter sobre a inovação como motor do crescimento. O agente da retoma, depois das crises, não é a despesa governamental, mas a acção dos empreendedores”*.

A actualidade e relevância da situação económica, acima descrita, impulsionou a incluir nesta edição n.º 11 de *“Lusíada – Economia & Empresa”* um dossier temático sob o título *“O Fenómenos das Catástrofes no Pensamento Económico”*, agrupando seis artigos, em que os autores apresentam interessantes depoimentos.

Os três primeiros textos estão focados nos factores caracterizadores das catástrofes, ajudando-nos a uma percepção holística desses fenómenos, em grande parte de responsabilidade humana. A abordagem conceptual é ilustrada com exemplos referenciais recorrentes na esfera económica e social.

Os dois artigos seguintes estão dirigidos à problemática macroeconómica. No primeiro, centrado na economia portuguesa, procura-se sintonizar as variáveis explicativas da evolução do nível de actividade produtiva registada no passado recente, com menção do papel do investimento público – referência ao keynesianismo – como variável impulsionadora do desenvolvimento económico. No segundo, sugerem-se medidas de política económica, susceptíveis de inverterem o actual “ciclo de crise”, à luz da conjugação do triângulo de contribuições de Keynes, Schumpeter e Galbraith.

O último artigo do dossier está focado na política orçamental, explicitando o comportamento cíclico, os erros de previsão, a ineficiência dos défices e conseqüente necessidade de consolidações orçamentais, bem como dos factores políticos e institucionais.

No grupo “dissertações e teses” alinham-se cinco artigos resultantes de trabalhos de investigação desenvolvidos no âmbito de preparação de dissertações e teses para atribuição de graus académicos. O primeiro artigo, sob título “*O processo de fusão na Administração Pública*”, foca o papel central dos líderes intermédios e da necessidade de agilização e flexibilização organizacional. Os autores dão conta de quatro estudos realizados em instituições públicas em processo de fusão. O segundo artigo, desta secção, tem como tema “*A autonomia financeira e desenvolvimento sustentável das autarquias portuguesas*”, no qual o autor relaciona a evolução dos Fundos Gerais Municipais *per capita* com uma série de indicadores de desenvolvimento sustentável, testando a sua correlação com o nível de desenvolvimento económico dos municípios, medido pelo IPC, retirando dos resultados as respectivas ilações.

O título “*Incubadora de Empresas e o Direito Económico*” dá corpo ao terceiro artigo da segunda parte da revista, procurando os autores demonstrar que as incubadoras de empresas são um dos instrumentos eficazes de viabilização e protecção das micro e pequenas empresas de base tecnológicas. O artigo seguinte está focado no tema “*O desenvolvimento do outsourcing, seus fundamentos, riscos e benefícios*”. A autora, através de uma revisão de literatura, procura descobrir a orientação futura e as principais questões na aplicação do *outsourcing*. No último artigo, sob o título “*Importância do capital intelectual na gestão estratégica das organizações*”, as autoras sublinham a importância das dimensões intangíveis na gestão e sucesso das organizações e apontam o papel do capital intelectual como factor estratégico, quer nos processos de gestão quer como contributo para a capacidade inovadora dos colaboradores.

A edição n.º 11 da revista culmina com uma recensão ao livro “*NEUROECONOMIA – Ensaio sobre a sociobiologia do comportamento*”. Na contra-capa desta publicação de Edições Sílabo, pode ler-se: “Este é um livro de economia da nossa vida real em sociedade. Dos nossos comportamentos e atitudes, das nossas escolhas e ambições, das nossas necessidades e futilidades. Não é um livro de economia, daqueles que estamos habituados a ver nas livrarias, com muitas fórmulas, gráficos, tabelas e modelos, tentando explicar o passado e prever os comportamentos dos agentes económicos no futuro”.

Uma palavra final de apreço e agradecimento aos articulistas que colaboraram nesta edição da revista, contribuindo com o seu saber para ampliar o conhecimento dos nossos leitores.

O DIRECTOR

José Eduardo Carvalho